

**INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>		
<b>AUTOR(A/S)(ES)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>		
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>		
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA</b>		
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA</b>	<b>E</b>	
	<b>OUTRO(A/S)</b>		
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: EDUARDO DA COSTA PAES</b>		
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA</b>	<b>E</b>	
	<b>OUTRO(A/S)</b>		

**DECISÃO**

**OFÍCIO – JUNTADA.**

**INQUÉRITO – DEPOIMENTO DE COLABORADOR –  
ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA –  
DEFERIMENTO.**

1. O assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

O inquérito foi instaurado, a pedido do Procurador-Geral da República, para investigar a suposta prática, pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira e por Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração

**INQ 4435 / DF**

Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986. O Órgão acusador apontou declarações prestadas em acordos de delação premiada, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, pelos colaboradores Leandro Andrade Azevedo, Benedicto Barbosa da Silva Júnior e Luiz Eduardo da Rocha Soares. Pediu o levantamento do sigilo em relação aos termos de depoimento referidos.

Mediante a petição/STF nº 65.940/2018, o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro encaminha o Ofício nº 333/2018 da Sexta Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, no qual requerida cópia integral, preferencialmente em mídia digital, do termo de depoimento do colaborador Benedicto Barbosa da Silva Júnior, para fins de instrução do inquérito civil nº 2016.00702656, formalizado no âmbito da Instituição.

O relator inicial, ministro Edson Fachin, em 4 de abril de 2017, à folha 18 à 22, ao autorizar a instauração do inquérito, determinou o levantamento do sigilo dos autos. O colaborador Leandro Andrade Azevedo interpôs agravo interno. A Primeira Turma, em 12 de setembro de 2017, desproveu-o.

2. Juntem a petição e o ofício do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

3. Ante o julgamento do agravo interno protocolado em face da decisão alusiva ao levantamento do sigilo dos autos, ficando assentada a publicidade, defiro o pedido de cópia dos depoimentos prestados por colaboradores, para instrução do inquérito civil nº 2016.00702656, em tramitação na Sexta Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

**INQ 4435 / DF**

4. Providenciem.

5. Publiquem.

Brasília, 4 de fevereiro de 2018.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator